

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
CÂMPUS ITABERAÍ  
CURSO DE PEDAGOGIA

Pollyana Alves de Carvalho Santana  
Zauany Karoline Souza Faria

**AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA A  
CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA PELA CRIANÇA**

ITABERAÍ  
2018

Pollyana Alves de Carvalho Santana  
Zauany Karoline Souza Faria

**AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA A  
CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA PELA CRIANÇA**

Trabalho apresentado como requisito parcial  
para a Conclusão do Curso de Licenciatura em  
Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás,  
Câmpus Itaberaí, sob a orientação da  
Professora Esp. Lílian Barbosa de Moraes.

ITABERAÍ  
2018

Dedicamos este trabalho a Deus, por permitir que chegássemos até aqui. Aos nossos pais e familiares por total apoio prestado.

A Deus por ter nos concebido a graça de chegarmos até aqui.

A nossa querida Professora Orientadora Lílian, por ter nos orientado e apoiado em nosso trabalho.

A Professora Ma. Carolina, pela grande contribuição no desenvolvimento do trabalho.

As amigas Alinne, Josiane e Warlha, que tanto nos apoiaram e contribuíram significativamente para a construção do trabalho e apoio moral.

Aos professores e colegas de curso, com os quais percorremos juntos um caminho árduo e gratificante também, para esta etapa de nossas vidas.

Aos familiares, pela compreensão e apoio durante esta trajetória.

Ao Tio Vitor (in memória), que me guiou lá de cima, para que eu pudesse chegar onde estou.

A professora coordenadora de TCC Marlene Rissati, que sempre esteve nos auxiliando e incentivando para o desenvolvimento de uma boa escrita.

A todos, que com boa intenção, colaboraram para a realização e finalização desse trabalho.

Ninguém nasce feito, é experimentando-nos no mundo que nós nos fazemos. Paulo Freire.

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem por finalidade analisar quais as contribuições da Educação Infantil para o desenvolvimento da autonomia que precisa ser adquirida pelas crianças ainda nos primeiros anos escolares. Este estudo foi realizado mediante pesquisa bibliográfica dos principais teóricos que investigaram o tema. O primeiro capítulo apresenta a construção e o desenvolvimento da autonomia pela criança seguindo os ideários dos autores Piaget, Vygotsky, Freire, entre outros. O segundo capítulo aborda a Educação Infantil no Brasil e sua relação com o desenvolvimento da criança. O terceiro e último capítulo analisa como a Educação Infantil pode mediar a construção da autonomia pela criança. A escola tem como função, entre outras, a formação de pessoas competentes, solidárias e responsáveis que possam se tornar cidadãos de bem, aptos a construir um futuro melhor em seu núcleo de convivência contribuindo, assim, para o futuro de seu país. Em vista disso, o espaço escolar precisa se conscientizar desse importante papel e se reorganizar para que sua prática mediadora ocorra de maneira eficiente e significativa na formação de crianças autônomas, reflexivas e críticas.

**Palavras-Chave:** Escola. Autonomia. Sociedade. Educação.

## ABSTRACT

The purpose of this study is to analyze the contributions of Early Childhood Education to the development of autonomy that needs to be acquired by children in the early school years. This study was carried out through bibliographical research of the main theorists who investigated the theme. The first chapter presents the construction and development of autonomy for the child following the ideas of authors Piaget, Vygotsky, Freire, among others. The second chapter deals with Child Education in Brazil and its relationship with child development. The third and final chapter analyzes how Child Education can mediate the construction of autonomy by the child. The school's function is, among others, to train competent, supportive and responsible people who can become good citizens, able to build a better future in their nucleus of coexistence, thus contributing to the future of their country. In view of this, the school space needs to be aware of this important role and reorganize so that its mediating practice occurs in an efficient and meaningful way in the formation of autonomous, reflexive and critical children.

**Keywords:** School. Autonomy. Society. Education.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	08
1 A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA PELA CRIANÇA .....	10
2 A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO MEDIADORA PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA .....	14
3 A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO PROCESSO FACILITADOR DA CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA .....	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	23
REFERÊNCIAS .....	25

## INTRODUÇÃO

Diante de algumas linhas de pensamento sobre a importância da relação escola-indivíduo para a construção de um cidadão autônomo, capaz de construir uma diferente sociedade, visando apresentar esta importância, concerniu-se este trabalho. Quando se fala em autonomia, logo se pensa na ideia de um indivíduo completamente independente, mas segundo as teorias sobre o assunto, independência e autonomia não são sinônimas.

O termo autonomia é muito utilizado e falado nas instituições de ensino, assim como na formação e capacitação de professores, pois é no ambiente escolar o melhor lugar para que se amplie a autonomia. Desde o princípio da convivência escolar, a criança aprende sobre sua memória emocional que deverá ser aprimorada em momentos do convívio escolar. (OLIVEIRA, 2011).

Diversas reflexões foram realizadas para poder compreender um pouco mais sobre esta autonomia. Aqui, vale pontuar que autonomia não é libertinagem e sim liberdade para que a criança possa se desenvolver como um indivíduo crítico-pensante capaz de tomar suas próprias decisões, arcando com suas próprias consequências.

Seguindo o ideário de Piaget (1998), a educação serve para formação de pessoas críticas, reflexivas e ativas, buscando constantemente o desenvolvimento da autonomia. Nessa perspectiva, a educação estará sempre promovendo o desenvolvimento das pessoas e, conseqüentemente, da sociedade, acompanhada da maturação biológica desenvolvida a partir de regras morais, consistindo na capacidade de tomada de decisões a partir do consenso coletivo.

O primeiro capítulo do presente trabalho procura conceituar a autonomia com base em diferentes teóricos renomados, definindo seus conceitos e características. Apresenta os diferentes meios em que ela está presente e nos quais ela se desenvolve.

Em seguida, o segundo capítulo traz um breve histórico da Educação Infantil no Brasil, apresenta embasamentos teóricos e também as leis que dão suporte para esta modalidade de educação.

Já o terceiro capítulo aborda o espaço escolar e como a organização deste pode favorecer a expansão da autonomia nas crianças ainda no ambiente de ensino infantil; evidencia como a relação do professor com o aluno influencia neste processo e analisa a importância de se apresentar aos educandos diferentes situações de convivência e aprendizagem para que o ambiente escolar seja, de fato, um espaço seguro e capaz de contribuir no processo de construção da autonomia pela criança.

## 1 A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA PELA CRIANÇA

De acordo com Immanuel Kant (1987), o conceito de autonomia define-se pela capacidade de o indivíduo tomar suas próprias decisões, baseando-se em sua razão. Para Kant, seguir sua própria razão é ser autônomo, sendo assim, o indivíduo tem capacidade de tomar decisões racionais sem quaisquer meios de força, usando das informações que obteve em sua formação como um ser pensante.

A autonomia atribui ao sujeito, além da liberdade de pensar por si só, guiar seus próprios princípios que estejam de acordo com a razão, que é o que se exige de um indivíduo consciente e ativo. Ser autônomo não é apenas ser capaz de fazer as coisas por si mesmo, mas está ligado ao desenvolvimento da consciência moral, no qual se diz que, se um sujeito autônomo é livre e capaz de tomar suas próprias decisões, logo deve arcar com as consequências de suas escolhas. Por este motivo, existe a necessidade de se desenvolver a autonomia ainda na infância permitindo a construção de uma personalidade positiva que possibilita o desenvolvimento da capacidade de resolver conflitos no decorrer de sua vida, sendo também um indivíduo livre de uma sociedade opressora. (KANT, 1987).

Outros autores, como Piaget, Vygotsky e Freire, percebem que a independência da criança depende da capacidade, que esta vai desenvolvendo ao longo da vida, para julgar suas próprias habilidades sem precisar que outra pessoa atribua valor a isso. A esse respeito, Piaget (1998) pontua em sua obra que as crianças nascem na anomia, ou seja, existe uma ausência total de regras enquanto ela desconhece qualquer tipo de regra imposta pela sociedade. Com o tempo, essa criança passa a ser heterônoma, começa a entender sobre o mundo da moral e das regras, podendo ser capaz de distinguir o certo e o errado, e sendo estas regras impostas pelos adultos, adquirir aí a ideia de autoridade.

Ainda segundo Piaget, a autonomia representa uma condição alcançada pela criança em desenvolvimento quando esta considera vários fatores relacionados à intencionalidade, à dimensão da responsabilidade social e à independência da consciência moral, ou seja, heterônoma.

Conforme La Taille (2001, p. 16) “a pessoa moralmente autônoma apesar das mudanças de contextos e da presença de pressões sociais permanece fiel a seus valores e seus princípios de ação”. A pessoa heterônoma muda seu comportamento moral diante de diferentes contextos.

Ao longo do processo da construção da autonomia, de acordo com Piaget (1998), a criança também constrói componentes como a igualdade e a reciprocidade, que são fundamentais para o entendimento da noção de justiça passando a perceber melhor suas atitudes e a coordená-las assim como percebe as ações dos outros. Para este autor, o desenvolvimento do aspecto cognitivo da criança começa a partir de suas interações com o meio e com outras crianças, permitindo-a se dispersar do seu próprio ponto de vista, por meio do desenvolvimento da consciência moral, através de relações cooperativas nas quais o respeito unilateral é deixado de lado, dando lugar ao respeito mútuo e recíproco.

Pode-se dizer que a autonomia se desenvolve a partir do processo de interação social, reflexão, experiências e de uma ação conjunta entre a família e a escola, em seu modo de vida e em situações do dia a dia. É necessário que, ainda na infância, a criança tenha estímulos dos pais, permitindo-os que cresçam e aprendam, pois apenas uma criança autônoma aprende a fazer escolhas, entender seus desejos e sentimentos, traçando assim metas que são capazes de alcançar. A autonomia também se desenvolve a partir da reciprocidade, pois há a necessidade de que o indivíduo experimente o princípio de tratar o outro, como gostaria de ser tratado.

Para tal construção da autonomia, é preciso que a criança tenha vivências e experiências de vida, sendo autorizada a experimentar o meio onde está inserida, uma vez que a autonomia se desenvolve em indivíduos que conseguem construir relações externas e consigo mesmo com objetividade.

Winnicott (1975) usa a expressão “mãe suficientemente boa” para se referir à mãe permite que o filho ter experiências e explorar suas capacidades. A criança necessita de um ambiente onde as atitudes parentais precisam estar no equilíbrio

entre a superproteção e a negligência. A criança, ao receber as doses ideais de proteção e liberdade, mostra que está num ambiente atento às necessidades adaptativas dela. Toda criança nasce com autonomia em potencial que pode, ou não, se estruturar a partir da ação de um ambiente que facilite esse processo.

Um exemplo disso seria quando a criança vai gradativamente se afastando da necessidade de aprovação (da professora, dos pais, das notas) e percebendo a real importância do conhecimento.

Corroborando com isso, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998, p. 14) vem dizer que a autonomia pode ser definida como a capacidade de se conduzir e tomar decisões por si próprio, levando em conta regras, valores, sua perspectiva pessoal, bem como a perspectiva do outro.

Seguindo nas mesmas linhas de raciocínio dos já citados, Vygotsky (1998) apresenta a autonomia como um processo de construção cultural e histórica. Para ele, a autonomia está relacionada diretamente por meio de mediações, interações e referências, uma vez que a interação promove a constituição do sujeito baseando-se em tudo aquilo que já esteve em seu ambiente familiar ou em seu contexto social.

Ao analisar a visão de Freire (1996), percebe-se que o entendimento por autonomia não é tão distante na perspectiva destes teóricos. Freire vem concordar com o já posto que a autonomia se baseia na capacidade de o indivíduo agir de maneira emancipada, expondo suas ideias, opiniões e agindo com responsabilidade. Tal conceito segue a mesma concepção de Vygotsky (1998) ao também defender que a autonomia é estimulada por meio de ações as quais valorizam o processo educativo como elemento fundamental de espaço mediador para tal construção. Assim, o conhecido mentor da Educação para a consciência afirma que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. (FREIRE, 1981. p. 68).

Desse modo, pode-se dizer que a autonomia da criança se estabelece a partir do momento em que esta é capaz de interagir, estabelecer relações cooperativas, falar, expressar-se e chegar a conclusões a partir de suas vivências e das relações feitas a partir das informações e interações com o meio e demais pessoas, pois a autonomia é um processo de construção interna, que se desenrola a partir de experiências de vida adquirida por cada indivíduo.

A possibilidade que a criança tem de, ao longo de seu desenvolvimento psicológico, encontrar satisfação e prazer em seus desejos e objetivos internos e externos, permite-lhe ter energia para descobrir e construir uma identidade própria, autônoma e desconectada do outro. Neste sentido, considera-se a aquisição da autonomia um processo progressivo que se inicia ainda nos primeiros anos da criança e se estende ao longo de toda a vida.

## **2 A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO MEDIADORA PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA**

Este capítulo tem por finalidade apresentar um breve histórico da Educação Infantil no Brasil e quais as mediações podem ser realizadas através dela para a formação de crianças autônomas.

Segundo Zilma Ramos de Oliveira (2011), as primeiras concepções sobre infância e Educação Infantil no Brasil se fundamentam a partir da ideia de que a criança é um ser que carece de cuidados. Com o crescimento da urbanização e transformação da família patriarcal em nuclear, as mães precisavam trabalhar fora para complementar a renda familiar necessitando, assim, de um local para deixar seus filhos. Nesse contexto, começaram-se as mudanças na forma de educar as crianças ao introduzi-las nas escolas, abrigos e creches. Ingressar no mercado de trabalho traria mudanças impactantes na dinâmica familiar e também movimentaria esses espaços que abrigariam as crianças enquanto suas mães trabalhavam.

Esses espaços tinham uma função assistencialista e atendiam somente às necessidades básicas das crianças como a higiene e a alimentação, não havendo valorização do processo educativo em si.

Com a grande procura por este amparo, surgiram algumas creches filantrópicas as quais recebiam ajuda de famílias ricas e também a ajuda governamental. Pensando em uma solução para regulamentar as relações entre as empresas e as operárias, o então Presidente Getúlio Vargas sancionou em 1.943 uma legislação específica, a Consolidação das Leis trabalhistas (CLT). Esta legislação determinou que as empresas organizassem ambientes para que as mães deixassem seus filhos enquanto trabalhavam. Devido à falta de fiscalização, as empresas não seguiram com o que determinavam as leis. (OLIVEIRA, 2011).

Nos anos seguintes, foram muitas e intensas as lutas para que se houvesse conquistas tanto dos direitos das mães como também das crianças. Como consequência desses embates, surge a pré-escola. A proposta de trabalho desta seria direcionada às crianças de baixa renda, estimulando a alfabetização

precocemente como modo de superação para enfrentar as condições sociais nas quais se encontravam. Enquanto as crianças das classes menos favorecidas eram atendidas com propostas de trabalho que partiam de uma ideia de carência, as crianças de classes sociais elevadas recebiam uma educação que privilegiava a criatividade e a socialização com um viés mais de escolarização. (OLIVEIRA, 2011).

A questão da creche avançou muito no Brasil nos últimos anos. Vários setores da sociedade, como os grupos ligados aos movimentos populares e outros, passaram a reivindicar creches e pré-escolas como um direito à educação das crianças de todas as camadas sociais. (HADDAD, 1991).

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, a educação passa a ser reconhecida como um direito de todas as crianças e um dever do Estado, havendo assim uma expansão do número de escolas e um aperfeiçoamento na formação dos profissionais da área. Diante deste contexto, a Constituição Brasileira de 1988 assegura, em seus artigos referentes à educação, a garantia do atendimento em creches às crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos, como direito de todos e dever do Estado e da família. (BRASIL, 1988).

Em seguida, a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n. 8.069/1.990, vem reafirmar os direitos legais da criança sobre a Educação Infantil, garantindo a conquista de sua cidadania e igualdade de condições para o acesso à escola pública.

Tendo em vista garantir esse direito, a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em seu artigo 4º, inciso IV, confirmou o atendimento gratuito em creche e pré-escola como dever do Estado. Nesse sentido, estabeleceu que o atendimento a essa faixa etária estivesse sob a incumbência dos municípios (artigo 11, inciso V), determinando que todas as instituições de Educação Infantil, públicas e privadas, estivessem inseridas no sistema regular de ensino.

Com o objetivo de oferecer parâmetros para a manutenção e a criação de novas instituições de Educação Infantil, o MEC publicou, em 1.998, o Referencial Curricular para a Educação Infantil (RCNEI), sugerindo que as atividades fossem oferecidas para as crianças não só por meio de brincadeiras, mas advindas de situações pedagógicas orientadas.

De acordo com o RCNEI, no momento de educar dentro da instituição é preciso,

[...] propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros, em uma atitude de aceitação, respeito e confiança, e o acesso pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. (BRASIL, 1998, p.23).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009, p. 25), reforçam essa proposta destacando que para o desenvolvimento de uma autonomia na criança, “deve-se durante a prática pedagógica estimular a responsabilidade, a sociabilidade, a ludicidade, a liberdade de expressão artística ou cultural e a sensibilidade”.

Sendo assim, é de total importância a elaboração de políticas consistentes, que venham contribuir para a melhoria da qualidade da Educação Infantil.

Aqui Kramer (2000) contribui com o debate dizendo que a pré-escola pode ser considerada um lugar onde propicia o desenvolvimento infantil, visando à valorização e à ampliação do conhecimento da criança, possibilitando assim, a construção da autonomia, cooperação, criticidade, responsabilidade e favorecendo um exercício positivo de cidadania.

A Educação Infantil começa então a ser vista por novos ângulos, nos quais a criança deixa de ser tratada como ser que necessita apenas de cuidados maternos e começa a ser parte também dos deveres públicos do Estado, tendo assim a junção do cuidar e educar. Cuidar no sentido em que as necessidades básicas das crianças sejam atendidas e educar, pois faz-se necessário oferecer à criança possibilidades de descobertas e aprendizado. Neste sentido, Nunes completa que,

Estas concepções estão associadas às mudanças de paradigma em relação à visão de criança, de infância e de educação infantil. Trata-se de mudanças que implicam a oferta de vagas suficientes para atender à demanda e à qualidade desta oferta, porque o sujeito de direitos – independentemente de qualquer circunstância como gênero, raça/etnia, religião, classe social, local de moradia ou de condição econômica – impõe uma educação de qualidade, capaz de promover o desenvolvimento integral, ampliando o seu universo cultural e sua participação no mundo social e natural, favorecendo a construção de sua subjetividade, promovendo trocas e interações, respeitando as diferenças, colaborando para o seu bem-estar físico, emocional e afetivo, entre outros. (NUNES, 2011, p. 54).

Entende-se que ainda é preciso ocorrer diversas mudanças na Educação Infantil para que seja considerada um espaço completo de educação para a criança. É preciso que todos tenham preocupação com esta modalidade de ensino, com os desafios que precisam ser enfrentados para poder englobar as práticas do zelo e o ato de educar. Nessa perspectiva de educação, é de suma importância que as instituições de Educação Infantil vivenciem, de forma integrada, as funções de cuidar e de educar, não mais diferenciando, nem discriminando o trabalho dos profissionais que atuam com as crianças pequenas.

A função da Educação Infantil é atender as crianças em seus mais variados conhecimentos para a construção de sua autonomia. Uma boa maneira para pensar na qualidade do atendimento à criança é levar em consideração as diversas possibilidades, a fim de discutir, avaliar ou propor metodologias e propostas pedagógicas.

Nesse sentido, durante a Educação Infantil é preciso que os educadores estejam comprometidos com a prática educacional, pois, segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil,

O trabalho direto com as crianças pequenas exige que o educador tenha uma competência polivalente. Ser polivalente significa que ao educador cabe trabalhar com conteúdos de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento. (BRASIL, 1998, p. 41).

Ainda assim, é indispensável aos profissionais da Educação Infantil informações que envolvam cuidados fundamentais referentes às crianças, do mesmo modo que saberes diversificados, como conteúdos da área do conhecimento. Isso significa que é, também, por meio de algumas ações dos educadores que se deve planejar e compartilhar projetos educativos de qualidade junto à família e à criança. (BRASIL, 1998).

Por essa razão, a formação de professores deve ser pautada em diversas áreas do conhecimento para entender a criança, seu processo de desenvolvimento e aprendizagem, bem como compreender suas particularidades e especificidades.

### **3 A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO PROCESSO FACILITADOR DA CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA**

Como já foi dito nesse trabalho, a Educação Infantil no Brasil percorreu um longo caminho para se chegar às conquistas da atualidade. Por muito tempo, a educação se restringiu a cuidados fisiológicos, esquecendo-se do caráter educativo. Sabe-se que em um ambiente educacional deve-se sempre estar em busca de meios que possam atribuir conhecimento significativo para o indivíduo. Desse modo, este espaço precisa oferecer à criança oportunidades para que ela aprenda a movimentar-se com liberdade e expanda sua criatividade. Além disso, é fundamental que ela seja resguardada em cada um de seus estágios do desenvolvimento para que os mesmos sejam atendidos em suas necessidades.

Kant (1987) apresenta uma educação para a autonomia que busque desenvolver a capacidade dos educandos para que eles adquiram condições de perseguir suas metas propostas livremente, uma vez que, a escola instrumentaliza o desenvolvimento da razão teórica, podendo assim ampliar as condições de se obter um indivíduo autônomo.

Para Oliveira (2013), um grande desafio que a educação atual enfrenta é a falta de comprometimento com o desenvolvimento de atividades significativas para com as crianças, sendo realizadas somente rígidas rotinas, seguindo a ideia de que a Educação Infantil é apenas um preparatório para o Ensino Fundamental. Para esta autora, cabe aos adultos organizar suas práticas, de modo que as relações possam ocorrer longe das coerções e de um disciplinamento nas normas ditadas por eles.

Talvez essa dificuldade das escolas em desenvolver atividades significativas seja pela falta de conhecimento e preparação dos educadores sobre a importância e a necessidade do desenvolvimento da autonomia pelas crianças. O que pode levar estes educadores a terem atitudes autoritárias, coercitivas e dificuldade de

compreensão e aceitação que cada educando apresenta diferentes características, pois cada indivíduo é único e diferente dos demais. (HORN, 2007).

Autores como, Piaget, Vygotsky e Freire, deixam claro em suas teorias que para uma educação de qualidade e o desenvolvimento de um indivíduo crítico e autônomo é preciso que medidas sejam tomadas desde os primeiros passos na educação, pois é no ambiente escolar que se encontram diferentes meios e possibilidades destas aprendizagens.

Entende-se que a prática pedagógica que se faz em favor da autonomia não anula a criança tal como ela é, não descarta os seus conhecimentos e não tenta embutir nela características e idealizações que pertencem a um outro ser, ou a uma classe social que não é a dela. Ao contrário, parte do seu conhecimento de mundo para a ampliação de suas experiências, de modo que a realidade dos educandos é associada aos conteúdos trabalhados. (FREIRE, 1996).

A atividade humana é proeminentemente social e a escola, além do ambiente familiar, é o lugar mais adequado para o progresso da criança por ser um ambiente rico e diversificado que oportuniza a convivência com outras crianças de diferentes faixas etárias e também com outros adultos, além de seus pais. Isso a insere em um rico processo de relações com o mundo físico e social alargando seu contato com demais grupos e culturas. O meio social mostra-se fator fundamental para a construção da autonomia, pois o sujeito é visto como ativo em sua relação com o ambiente que o cerca sendo capaz de construir e reconstruir o mundo em uma relação dialética, adquirindo autonomia, que o possibilita a interagir com a cultura e com o mundo que o rodeia. (VYGOTSKY, 1984). Nesse raciocínio, Oliveira vem dizer que,

A criança, na interação com parceiros diversos, busca construir sua identidade dentro de um clima de segurança, exploração e autonomia. Não é mera receptora de imagens elaboradas pela sociedade, mas alguém que se pergunta sobre o mundo, alimentando sua autoestima. Isso exige um ambiente aberto à exploração do lúdico, em que os tempos escolares sejam adaptados aos ritmos de aprendizagem. (OLIVEIRA, 2013, p.15).

O ambiente de Educação Infantil precisa apresentar suas particularidades em relação aos seus espaços, pois é importante que haja espaços onde possam realizar diferentes tarefas e atividades. Um espaço opaco e empobrecido torna difícil o trabalho de desenvolvimento baseando-se na autonomia, interação e atenção dos

indivíduos. É por meio dos estímulos que a criança se desenvolve. Isso perpassa pela organização do espaço da Educação Infantil.

Conforme Craidy e Kaercher (2001), todos os momentos podem ser pedagógicos e de cuidados. Tudo depende da maneira como se pensa e procede com as ações. As atividades precisam proporcionar cuidados básicos, ao mesmo tempo em que atendem à construção da autonomia, dos conceitos, das habilidades, do conhecimento físico e social. “Necessário uma atuação que propicia o desenvolvimento de capacidades envolvendo aquelas de ordem física, afetiva, cognitiva, ética, estética, de relação interpessoal e inserção social”. (BRASIL, 1998, p. 47).

Pode-se então considerar que a organização de um espaço educativo adequado é o que possibilita que a criança desenvolva diferentes conhecimentos, não deixando de atentar para suas necessidades biológicas.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (2009, p. 19-20) diz que, para efetivação de seus objetivos, as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil devem prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem:

- A educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo;
- A indivisibilidade das dimensões expressivomotora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança;
- A participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização;
- O estabelecimento de uma relação efetiva com a comunidade local e de mecanismos que garantam a gestão democrática e a consideração dos saberes da comunidade;
- O reconhecimento das especificidades etárias, das singularidades individuais e coletivas das crianças, promovendo interações entre crianças de mesma idade e crianças de diferentes idades; Os deslocamentos e os movimentos amplos das crianças nos espaços internos e externos às salas de referência das turmas e à instituição;
- A acessibilidade de espaços, materiais, objetos, brinquedos e instruções para as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação;
- A apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América. (BRASIL, 2009, p.19-20).

Amparado a uma estrutura física de âmbito orçamental do governo, cabe ao educador proporcionar um ambiente com recursos capazes de aprimorar o cognitivo da criança. Desse modo, estará desenvolvendo uma prática pedagógica capaz de promover relações e interações em grupo, que desperte a capacidade de criar,

imaginar, observar, propor, construir saberes e também brincar, articulando recursos para proporcionar um ambiente saudável e de experiências variadas.

Para que a autonomia da criança seja construída, é extremamente necessário que suas experiências sejam atreladas aos conteúdos, pois educar para autonomia exige respeito à realidade dos alunos, e mais do que isso, é preciso estabelecer relação dessa realidade com os conteúdos a serem trabalhados. (FREIRE, 1996).

Diante das necessidades de a criança vivenciar momentos de experiências coletivas, o RCNEI (BRASIL, 1998, p.19) salienta que,

[...] nas interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem, as relações contraditórias que presenciam e, por meio das brincadeiras, explicitam as condições da vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos. No processo de construção do conhecimento, as crianças se utilizam das mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem ideias e hipóteses originais sobre o que buscam desvendar. Nessa perspectiva as crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio.

Deste modo, a brincadeira e o brincar surgem como indispensáveis para o desenvolvimento da autonomia na criança durante a Educação Infantil. Através deles, a criança entra em contato com o lúdico, descobre a si mesma, desenvolve seu lado criativo e imaginário que como elementos básicos para construção do pensamento e da comunicação incentivam a relação e a postura crítica e reflexiva.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil,

O principal indicador da brincadeira, entre as crianças, é o papel que assumem enquanto brincam. Ao adotar outros papéis na brincadeira, as crianças agem frente à realidade de maneira não-literal, transferindo e substituindo suas ações cotidianas pelas ações e características do papel assumido, utilizando-se de objetos substitutos. (BRASIL, 1998, P. 27).

Quando há incentivo e encorajamento, a criança pode transformar e dar novos significados às brincadeiras, o que expressa um caráter ativo em seu próprio conhecimento. Os brinquedos e brincadeiras podem ser caracterizados como fontes de afetividade e ludicidade, sendo capaz de facilitar a construção da autonomia. Oliveira complementa isso dizendo que,

O brincar, por ser uma atividade livre que não inibe a fantasia, favorece o fortalecimento da autonomia da criança e contribui para a não formação e até quebra de estruturas defensivas. Ao brincar de que é a mãe da boneca, por exemplo, a menina não apenas imita e se identifica com a figura materna, mas realmente vive intensamente a situação de poder gerar filhos, e de ser uma mãe boa, forte e confiável. (OLIVEIRA, 2000, p. 19).

Por meio do lúdico, a prática pedagógica na Educação Infantil contribui para diversas construções sendo uma delas a da autonomia. Nesse cenário, o professor é quem deve interpretar a concepção de mundo e as aspirações da população escolar, bem como de seus condicionamentos, adotando-os como ponto de partida de todo o projeto pedagógico da escola, sendo o mediador entre o sujeito e o objeto de conhecimento, se desejar promover a autonomia moral e intelectual do educando. (KISHIMOTO, 2017).

O caminho por meio das brincadeiras é uma nova forma de proporcionar às crianças um educar diferente, pois “[...] na brincadeira, a professora pode intervir pedagogicamente nas ações de cuidado e educação, a fim de promover o desenvolvimento das crianças nas instituições de Educação Infantil”. (ASSIS, 2006, p. 99).

Desta forma, por meio do lúdico, pode-se adquirir conhecimentos e o professor deve estar ciente da importância deste elemento para a vida da criança. Entendendo o brincar como “um ato fundamental, juntamente com outras formas de representação, considerando-o como objeto de interesse tanto das crianças, como dos profissionais envolvidos no processo educacional”. (OLIVEIRA, 2008, p. 89).

Ressalta-se aqui que também é função do educador elaborar espaços e brincadeiras desafiadoras e provocativas de interações e aprendizagens na Educação Infantil possibilitando, desse modo, transformações por meio deste espaço. Espaços e brincadeiras nos quais possam ser desenvolvidos ao ar livre, brincar de imaginar, utilizar músicas durante as brincadeiras, entre outros. Tais atitudes evidenciam um educador consciente de seu papel formador que está disposto a proporcionar aos seus alunos situações nas quais eles possam atuar e se desenvolver integralmente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante da pesquisa realizada neste trabalho, percebeu-se que a Educação Infantil passou por uma transformação histórica até chegar à atualidade, colocando a criança agora em um patamar prioritário, tendo seus próprios direitos reconhecidos, possuindo total direito à autonomia, à valorização e à individualidade. Assim, defende-se uma Educação Infantil que promova e possibilite a construção da autonomia na criança.

Pode-se considerar que a autonomia na criança é construída por meio de atividades que lhe ofereçam a capacidade de viver novas experiências, exercitar a capacidade de dialogar, tomar suas próprias decisões. Isso a colocará como sujeito ativo no processo de aprendizagem para explorar as riquezas da diversidade e construir seu próprio conhecimento de mundo em um ambiente estimulador. Nota-se que o ambiente no qual prevalece o autoritarismo, não propicia o desenvolvimento da autonomia necessário à construção de uma relação de respeito, não permite que o aluno seja o principal construtor de seu conhecimento e nem que o professor atue como mediador nessa formação de indivíduos autônomos.

Em direção à construção da autonomia, os autores mencionados são de comum acordo que para a realização de trocas sociais é necessário que as crianças estejam em um ambiente escolar democrático que permita a expressão de pensamentos e desejos. Ambiente este que possa permitir a tomada de decisões e aquisição de responsabilidades.

É importante que as crianças tenham consciência de seus atos, que estejam cientes de suas consequências e que reflitam sobre eles. E diante do processo de construção da autonomia, o aluno precisa ser o principal responsável por tal elaboração. A autonomia não é apenas emancipação para se fazer o que bem entende, mas é uma responsabilidade diante de seu próprio comportamento e diante

de uma visão planetária na qual cidadãos devem agir de forma humana e responsável uns para com os outros e também para o meio que o cerca. Vale lembrar que é nas oportunidades de errar, durante a Educação Infantil, por meio da ludicidade, que se agrega conhecimento necessário à autonomia.

Durante todo o processo de escolarização na Educação Infantil, percebe-se que o professor é o principal responsável por mediar situações que possibilitem o desenvolvimento e a construção da autonomia. Com esse parecer, faz-se necessário que os pedagogos, no espaço de Educação Infantil, estejam atentos às suas práticas pedagógicas de modo que estas propiciem, de fato, a construção da autonomia pela criança.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, Muriane Sirlene Silva. Práticas de cuidado e de educação na instituição de educação infantil: o olhar das professoras. In: ANGOTTI, Maristela. (Org.).

**Educação infantil: para que, para quem e por quê?** Campinas: Alínea, 2006.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Vol. 1.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº. 9.394, de 20 de dez. 1996.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal de 1988.** 10 ed. Atualizada em 1.998. Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, 2009.

CRAIDY, C. M.; KAERCHER, G. E. P. S. **Educação Infantil: para que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 10<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HADDAD, Lenira. **A Creche em Busca de Identidade.** São Paulo: Loyola, 1991.

HORN, M. das G. S. **Saberes, Cores, Aromas e Sons: a organização do espaço infantil.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

KANT, I. **Crítica da razão pura.** Tradução de Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. 3ª ed. Coleção Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação.** São Paulo: Cortez, 2017.

KRAMER, S. **Com a Pré-escola nas Mãos: uma alternativa escolar para a educação infantil.** São Paulo: Átila, 2000.

LA TAILLE, Y. **Autonomia e identidade.** Revista Criança do Professor de Educação Infantil. Brasília. v.35. p.16, 2001.

NUNES, Maria Fernanda Rezende. **Educação infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica.** Brasília: UNESCO. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa, 2011.

OLIVEIRA, Z. M. R. de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2013.

\_\_\_\_\_. **Creches, faz de conta e Cia.** [et. al.]. 16.ed. atualizada- Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

OLIVEIRA, V. B. de (org.). **O brincar e a Criança do Nascimento aos seis anos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

PIAGET, J. **O juízo moral na criança.** São Paulo: Summus, 1998.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

\_\_\_\_\_. **Psicologia Pedagógica**. São Paulo: Editora Martina  
Fontes, 1984.

WINNICOTT, D. W. **O brincar é a realidade**. Rio de Janeiro: Imago Editora LTDA,  
1975.